

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.303 - SC (2019/0302413-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : IZAIAS CORREA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IZAIAS CORREA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação Criminal n. 0013742-18.2014.8.24.0080).

Consta dos autos que o paciente e o corréu foram condenados às penas de 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, em regime aberto, e de 12 dias-multa, pela prática dos crimes do art. 155, § 4º, IV, c/c o art. 71 (por 2 vezes), ambos do Código Penal e do art. 244-B da Lei n. 8.069/1990. As penas privativas de liberdade foram substituídas por medidas restritivas de direitos.

Confira-se a narrativa fática da denúncia (e-STJ fls. 16/17):

No dia 27 de março de 2014, em horário a ser melhor precisado no curso da instrução processual, na rua Ângelo Orsatto, 38, bairro São Romeiro, nesta cidade e comarca, Izaias Corrêa dos Santos, Jonas Corrêa dos Santos e o adolescente J. F. D. S., unindo esforços para consecução de um fim comum, subtraíram para si coisa alheia móvel consistente em um veículo GM/Chevette, placas BQZ 7646, de propriedade de Daiane Lopes Paes.

Ato contínuo, por volta das 3h 45min, na rua Gonçalves Ledo, bairro Vista Alegre, interior, nesta cidade e comarca, munidos de manifesto *animus furandi*, subtraíram para si 6 (seis) sacos contendo sucatas de cobre, pertencentes à empresa Eletrotécnica Balardin Ltda.

De registrar que, com sua conduta, Izaias Corrêa dos Santos e Jonas Corrêa dos Santos, corromperam ou facilitaram a corrupção do menor de 18 (dezoito) anos, J. F. D. S., com ele praticando infração penal.

O Tribunal *a quo* conheceu parcialmente da apelação criminal da defesa e, nessa extensão, desproveu-a. De ofício, decretou extinta a punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, com relação aos crimes de corrupção de menores, em favor de ambos os réus, e de furto qualificado, em favor do corréu Jonas Corrêa dos Santos. A pena do paciente foi redimensionada para 2 anos e 4 meses de reclusão, em

regime aberto, e 11 dias-multa, mantendo-se a substituição da sanção corporal por restritivas de direitos.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fls. 275/276):

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES E CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 155, § 4º, IV, DO CÓDIGO PENAL, E ART. 244-B DA LEI 8.069/1990). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.

1) PRELIMINARMENTE. RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL NA FORMA RETROATIVA EM FAVOR: A) DO ACUSADO JONAS COM RELAÇÃO A AMBOS OS CRIMES; E B) DO RÉU IZAIAS QUANTO AO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. CASO DE CONCURSO DE CRIMES, CUJO PRAZO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE INCIDIRÁ SOBRE A PENA DE CADA UM. RÉU JONAS QUE CONTAVA COM 18 ANOS NA ÉPOCA DOS FATOS E FAZ JUS À REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DA MENORIDADE. REDAÇÃO DO ART. 109, IV E V, C/C ART. 115, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. LAPSO TEMPORAL ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA SUPERIOR A 4 (QUATRO) ANOS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUE SE IMPÕE. ANÁLISE DAS TESES RECURSAIS PREJUDICADAS EM RELAÇÃO A ESTES PONTOS.

2) MÉRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONDENAÇÃO QUE FOI FUNDAMENTADA EM PROVAS PRODUZIDAS NO PROCEDIMENTO JUDICIAL. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO DO INQUÉRITO QUE NÃO DEVEM SER DESCARTADOS, SOMENTE NÃO PODEM FUNDAMENTAR A DECISÃO CONDENATÓRIA DE FORMA EXCLUSIVA. ACUSADOS QUE, EM CONLUÍO COM ADOLESCENTE, FURTARAM O VEÍCULO DA VÍTIMA DAIANE E SACAS DE FIOS DE COBRE DO ESTABELECIMENTO COMERCIO DE PROPRIEDADE DA VÍTIMA WILSON. ABORDAGEM POLICIAL QUE RESULTOU NA DETENÇÃO DO MENOR, DO CARRO E DAS SACAS. ADOLESCENTE QUE INDICOU OS ACUSADOS COMO SEUS COMPARSAS. DEPOIMENTOS UNÍSSONOS DOS POLICIAIS, EM AMBAS AS FASES, COESOS COM O DEPOIMENTO EXTRAJUDICIAL DO ADOLESCENTE E DAS FILMAGENS DA CÂMERA DE SEGURANÇA DA EMPRESA. PALAVRAS DOS POLICIAIS QUE MERECEM CREDIBILIDADE, SOBRETUDO QUANDO EM CONSONÂNCIA COM AS DEMAIS PROVAS ENCARTADAS E AUSENTE PROVA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO DO RÉU IZAIAS MANTIDA. DOSIMETRIA. ALMEJADA A SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS E MULTA.

Superior Tribunal de Justiça

IMPOSSIBILIDADE. JULGADOR QUE POSSUI DISCRICIONARIEDADE PARA A ESCOLHA DA PENA SUBSTITUTIVA. AUSÊNCIA DE ORDEM DE PREFERÊNCIA DO § 2º DO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL.

RECURSO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

No presente *writ*, a defesa alega que a pena privativa de liberdade deveria ter sido substituída por multa e uma medida restritiva de direitos, nos termos do art. 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal, em decorrência do direito do réu à situação jurídica mais favorável. Aduz que todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal foram valoradas em favor do paciente. Destaca que foi aplicada a solução mais gravosa, sem motivação concreta e válida, incorrendo em flagrante ilegalidade, qual seja, a substituição da sanção corporal por duas medidas restritivas de direitos. Argui que a multa é mais favorável, visto que não pode ser convertida em prisão, ao contrário das outras penas restritivas de direitos.

Subsidiariamente, asseve a impossibilidade da execução provisória das penas restritivas de direitos impostas, tendo em vista o disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal. Ademais, ressalta que o aresto impugnado está em descompasso com o entendimento da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça ao julgar o EREsp n. 1.619.087/SC.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação, até o julgamento final do presente *habeas corpus*. No mérito, pede a substituição da sanção corporal nos termos acima especificados.

É, em síntese, o relatório.

De início, verifico que a arguida impossibilidade da execução provisória das penas restritivas de direitos não foi determinada no acórdão ora impugnado. É forçoso reconhecer, portanto, a ausência de interesse processual da impetração nesse ponto.

Com relação aos demais temas, tenho que a liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator